

# Crise no ensino público

Uma vasta publicidade oficial garantia, em maio de 1991, que São Paulo pretendia “passar sua escola pública a limpo”. Um ano e um mês depois se pôde comprovar que o papel destinado ao exercício de passar a limpo era o menor das quatro últimas administrações. No ano passado, o governo do Estado de São Paulo destinou à Educação 10,9% do seu orçamento. Este número significa uma queda de 1,3 ponto porcentual em relação à média que o quadriênio Quécia — uma administração que tinha de “fazer opções”, que confessadamente nunca incluiu o ensino entre elas — destinou ao item educação. O que até então ainda não se sabia é que tudo poderia ficar ainda pior.

Passar o ensino público a limpo significou há um ano uma série de promessas, uma série de anúncios de novos planos educacionais. Liberar recursos para manutenção de emergência em mais de mil escolas, criar um Núcleo de Gestão Estratégica para elaborar um projeto de modernização da falida estrutura do ensino público paulista eram sinais de uma definida vontade política, de uma promissora intenção de efetivar um compromisso com o futuro. Porém... os dois últimos dias letivos da primeira semana de junho transformaram-se em “jornadas de protesto”, para que o governo reabrisse negociações salariais, uma vez que, por exemplo, uma professora que educa crianças das quatro primeiras séries recebeu menos do que 1,4 salário mínimo por seu trabalho! Era o primeiro sinal, inequívoco, de que alguma coisa estava, de fato, errada.

As consequências dessa situação não se farão esperar.

As obras do ano passado limitaram-se à manutenção de instalações. Salas de aula não foram construídas, escolas não foram ampliadas porque a verba mal cobria a folha da Secretaria da Educação. Em 1989, durante oito meses, o governo Quécia também não construiu nenhuma sala de aula, apesar da ostensiva realidade representada por 300 mil novas matrículas/ano. O “resultado” foi o tumulto vivido nas escolas no início do novo ano letivo. Como a demanda por escola pública é sempre crescente, principalmente em um ciclo econômico recessivo como o que vivemos, não é difícil prever o cenário do próximo janeiro, as filas e a irritação do contribuinte por uma demanda educacional não atendida.

O mais preocupante é que há um ano os anúncios dos “novos planos educacionais” eram acompanhados da liberação de um empréstimo privilegiado do Banco Mundial (no valor de US\$ 245 milhões), exatamente para atender à ampliação da rede física, necessária para a implantação plena da Jornada Única, regime em que a criança permanece seis horas na escola. A falta de numerário, pois, não pode ser alegada como explicação.

